

AUDIÊNCIA PÚBLICA SETEMBRO 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO

INTRODUÇÃO

O Município de Córrego Fundo vem apresentar a Audiência Pública referente ao 2º Quadrimestre de 2021.

Esta prestação de contas visa dar cumprimento aos limites constitucionais, atendendo ao artigo 9°, §4° da Lei Federal 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

LEGALIDADE

Art. 9° (...)

§4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento dos limites constitucionais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no §1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

LEGALIDADE

Assim sendo, o Poder Executivo do Município de Córrego Fundo, com o objetivo de dar o fiel cumprimento à determinação legal, em Audiência Pública, dá conhecimento à população sobre o 2º quadrimestre de 2021, perante a comissão permanente da Câmara Municipal.

OBJETIVOS

- Demonstrar as receitas arrecadas no período;
- Apresentar as despesas realizadas;
- Avaliar os índices legais de aplicação em Saúde, Educação e os 70 % do Magistério;
- Permitir a interação dos munícipes com a Administração Municipal.

RECEITAS

Receitas - Dados Consolidados

Receitas Correntes

Nat.	Rubrica da Receita	Prevista	Realizada	%
1.1	Receitas Tributárias	660.500,00	795.272,63	120,40%
1.2	Receitas de Contribuições	395.000,00	140.827,50	35,65%
1.3	Receitas Patrimoniais	96.000,00	74.736,39	77,85%
1.4	Receitas Agropecuárias	-	-	0,00%
1.5	Receitas Industriais	-	ī	0,00%
1.6	Receitas de Serviços	1.843.000,00	1.166.748,29	63,31%
1.7	Receitas de Transferências Correntes	21.535.000,00	16.423.958,66	76,27%
1.9	Outras Receitas Correntes	50.000,00	30.989,67	61,98%
	Total das Receitas Correntes	24.579.500,00	18.632.533,14	75,81%

Receitas de Capital

Nat.

Receitas Totais Realizadas

Nat.	Rubrica da Receita	Prevista	Realizada	%
2.1	Operação de Crédito	40.000,00	i	0,00%
2.2	Alienação de Bens	18.000,00	i	0,00%
2.3	Amortização de Empréstimos	-	·	0,00%
2.4	Transferência de Capital	3.342.000,00	400.000,00	11,97%
2.9	Outras Receitas de Capital	-	-	0,00%
	Total das Receitas de Capital	3.400.000,00	400.000,00	11,76%

Prevista

27.979.500,00

Realizada

19.032.533,14

%

68,02%

DESPESAS

Despesa - Dados Consolidados					
Despesas Correntes	Dotação Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	
3.1 Pessoal e Encargos	12.240.634,98	7.826.401,76	7.798.988,60	7.637.402,58	
3.2 Juros e Encargos da Dívida	108.000,00	58.000,00	36.422,71	36.422,71	
3.3 Outras Despesas Correntes	10.326.010,28	7.691.847,08	5.316.838,29	5.094.854,39	
Total das Despesas Correntes	22.674.645,26	15.576.248,84	13.152.249,60	12.768.679,68	
Despesas de Capital	Dotação Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	
Investimentos	5.513.251,71	2.774.805,33	1.134.681,73	818.891,81	
Inversões Financeiras	7.000,00	-	-	-	
Amortização da Dívida	73.500,00	72.653,08	59.618,40	59.618,40	
Total das Despesa de Capital	5.593.751,71	2.847.458,41	1.194.300,13	878.510,21	
Reserva de Contingência	20.000,00	-	-	-	
Total Geral das Despesas	28.288.396,97	18.423.707,25	14.346.549,73	13.647.189,89	
Superávit		608.825,89	4.685.983,41	5.385.343,25	
Total do Balanço Orçamentário com Superávit		19.032.533,14	19.032.533,14	19.032.533,14	
Pocultado Orcamontário	Receitas	Despesas	Superávit		
Resultado Orçamentário	19.032.533,14	18.423.707,25	608.825,89		

RESULTADOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SAAE

Receitas - SAAE

Receitas Correntes

Nat.	Rubrica da Receita	Prevista	Realizada	%
1.1	Receitas Tributárias	-		0,00%
1.2	Receitas de Contribuições	-		0,00%
1.3	Receitas Patrimoniais	10.000,00	8.222,59	82,23%
1.4	Receitas Agropecuárias	-	ı	0,00%
1.5	Receitas Industriais	-	i	0,00%
1.6	Receitas de Serviços	1.719.000,00	1.126.469,00	65,53%
1.7	Receitas de Transferências Correntes	-		0,00%
1.9	Outras Receitas Correntes	44.000,00	28.600,12	65,00%
	Total das Receitas Correntes	1.773.000,00	1.163.291,71	65,61%

Receitas de Capital

Nat.	Rubrica da Receita	Prevista	Realizada	%	
2.1	Operação de Crédito	-	-	0,00%	
2.2	Alienação de Bens	2.000,00	-	0,00%	
2.3	Amortização de Empréstimos	-	-	0,00%	
2.4	Transferência de Capital	-	-	0,00%	
2.9	Outras Receitas de Capital	-	-	0,00%	
	Total das Receitas de Capital	2.000,00	-	0,00%	

		Prevista	Realizada	%
Nat.	Receitas Totais Realizadas	1.775.000,00	1.163.291,71	65,54%

Despesa - SAAE					
Despesas Correntes	Dotação Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	
Pessoal e Encargos	528.500,00	328.953,30	328.953,30	328.953,30	
Juros e Encargos da Dívida	58.000,00	58.000,00	36.422,71	36.422,71	
Outras Despesas Correntes	850.500,00	729.460,23	666.154,49	646.461,23	
Total das Despesas Correntes	1.437.000,00	1.116.413,53	1.031.530,50	1.011.837,24	
Despesas de Capital	Dotação Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga	
Investimentos	278.000,00	135.109,59	115.584,79	112.360,35	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	60.000,00	53.500,00	40.465,32	40.465,32	
Total das Despesa de Capital	338.000,00	188.609,59	156.050,11	152.825,67	
Reserva de Contingência		-	-	-	
Total Geral das Despesas	1.775.000,00	1.305.023,12	1.187.580,61	1.164.662,91	
Desultada Orsamantíria	Receitas	Despesas	Superávit/Déficit		
Resultado Orçamentário	1.163.291,71	1.305.023,12	- 141.731,41		

DESPESAS COM PESSOAL

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal não podem ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida. Na realidade, ao atingir 51,3%, já devem ser adotadas medidas de ajuste compulsórias (Art. 22 da LRF).

No caso do Legislativo, o percentual autorizado pela Lei é de até 6% e o limite prudencial é de 5,7%.

Demonstrativo da Despesa Total com Pessoal(DTP) por Poder

Poder Executivo - 54,00%

Receita Corrente Líquida - RCL	27.544.994,57	
Limite Legal (Art. 20, Incisos I, II, III da LRF)	14.874.297,07	
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.728.639,88	
Limite Máximo Adimitido	54,00%	14.874.297,07
Limite Prudencial	51,30%	14.130.582,21
Limite da DTP Apurada	42,58%	

Demonstrativo da Despesa Total com Pessoal(DTP) por Poder

Poder Legislativo - 6,00%

Receita Corrente Liquida - RCL	27.544.994,57	
Limite Legal (Art. 20, Incisos I, II, III da LRF)	1.652.699,67	
Despesa Total com Pessoal - DTP	744.006,16	
		•
Limite Máximo Adimitido	6,00%	1.652.699,67
Limite Prudencial	5,70%	1.570.064,69
Limite de Alerta	5,40%	1.487.429,71

2,70%

Limite da DTP Apurada

LIMITES CONSTITUCIONAIS

Conforme determinação constitucional, o Município deve aplicar no mínimo 25% de suas receitas resultantes de impostos e transferências em manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da C.F.).

DESPESAS PREVISTAS E REALIZADAS (EDUCAÇÃO)

Aplicação Mínima de 25,00% em MDE*			
Receitas de Impostos e Transf. (Art. 212 e 212-A da CF)	15.892.784,47		
Mínimo a ser aplicados em MDE - 25,00%	3.973.196,12		
Total das Despesas para fins de Limite	3.354.923,92		
Superávit/Déficit de aplicação Mínima	- 618.272,20		
Percentual de Aplicação em MDE	21,11%		

^{*}Manutenção e Desenvolvimento da Educação

FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Por determinação legal, o Município deve aplicar no mínimo 70% das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais da Educação em efetivo exercício público.

FUNDEB

FUNDEB - Aplicação Mínima de 70,00% na Rem. Prof. Educação			
Receitas recebidas do FUNDEB	2.459.157,58		
Aplicação do Fundeb na Rem dos Prof. De Educação	1.436.326,14		
Outras Aplicação do Fundeb em MDE	316.036,37		
Percentual de Aplicação Fundeb 70,00%	58,41%		
Percentual de Aplicação Fundeb 30,00%	12,85%		

LIMITES CONSTITUCIONAIS

As despesas com ações de saúde devem atingir, a cada ano, o percentual mínimo de 15% do total de receitas do município, de acordo com o Artigo 7º da LC nº 141/2012.

Aplicação do Limite Mínimo em ASPS*			
Receitas de Impostos e Transf. (Art. 212 e 212-A da CF)	15.453.901,56		
Mínimo a ser aplicados em ASPS 15,00%	2.318.085,23		
Total das Despesas para fins de Limite	4.339.783,17		
Percentual de Aplicação em ASPS	28,08%		
Diferença entre o Aplicado e o Limite Mínimo de 15,00%	2.021.697,94		

^{*}Ações em Serviços Públicos de Saúde

RESULTADOS PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

Resultado Primário apura a condição de autofinanciamento das ações, onde quando ocorrido, demostra que o Ente apresenta condições financeiras satisfatórias para custear suas despesas, sem depender de recursos de terceiros.

O Resultado Nominal demonstra a condição fiscal do Ente após o impacto do resultado da conta de juros, evidenciando se o Órgão, após o custeio de suas políticas e ações, conseguirá também pagar as despesas com Juros.

Política Fiscal - 1º Semestre de 2021				
Resultado Primário*				
Componente	Realização			
Receitas Primárias	13.260.976,93	%		
(-) Despesas Primárias	9.700.866,79			
Resultado Primário Superavitário	3.560.110,14	26,85%		
Resultado Nominal**				
(+) Receita Patrimonial	28.725,14			
(-) Serviço da Dívida Juros Passivos	27.527,12	%		
Resultado da Conta Juros	1.198,02			
Resultado Nominal Superavitário	3.561.308,16	26,86%		

ESTOQUE DA DÍVIDA

Dívida fundada interna do Município representa o parcelamento de débito assinado junto a financiamento de obras, aquisição de máquinas e etc.

A Administração Direta não apresenta nenhum parcelamento junto a financiamento.

O SAAE firmou junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) um financiamento para compra construção da Estação de Tratamento de Esgoto/ETE, especificado através do contrato de nº 191.045-48, no valor de R\$1.000.000,00, a serem pagos no período de 2009 a 2029.

Dívida Fundada - DC**				
Credor	Final do Contrato	Valor Parcela Mensal	Saldo Atual	
Financiamento CEF*	ago/29	9.567,13	635.347,28	
Dívida Fun	dada Total	9.567,13	635.347,28	

DISPONIBILIDADE DE CAIXA E COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Disponibilidade de Caixa e Compromissos Assumidos

Disponibilidades e Vinculações de Recursos			
Vinculação	Valor	%	
Recursos Ordinários	5.159.278,38	57,00%	
Educação	1.532.741,98	16,93%	
Saúde	1.358.915,42	15,01%	
Assistência Social	326.330,80	3,61%	
Outras Vinculações	674.310,16	7,45%	
Disp. Bruta	9.051.576,74	100,00%	

Restos a Pagar Processados				
Inscritos Cancelados		Pagos	Saldo	
Em Exercícios	No Exercício	Calicelados	ragus	Jaiuu
7.415,51	88.897,54	-	88.667,84	7.645,21

Restos a Pagar Não Processados				
Incrit	os	Cancelados	Pagos	Saldo
Em Exercícios	No Exercício	Calicelados	rayus	Jaiuu
339.400,59	347.190,60	-	64.554,29	622.036,90

Saldo Total inscritos em Restos a Pagar	629.682,11
Valores Restituíveis pertencentes a terceiros	137.518,69
Saldos Empenhados a Liquidar	4.077.157,52
Saldos Liquidados a Pagar	699.359,84

Disponibilidade de Caixa Bruta 3.507.858,61

RESUMO DOS ÍNDICES LEGAIS

Ante o exposto, segue o presente relatório para apresentar a avaliação do cumprimento das metas fiscais

Resumo dos Índices Legais			
Área	Despesa Percentual Aplicado		Percentual Exigido
PESSOAL EXECUTIVO	11.728.639,88	42,58%	54%
PESSOAL LEGISLATIVO	744.006,16	2,70%	6%
EDUCAÇÃO	3.354.923,92	21,11%	25%
FUNDEB	1.436.326,14	58,41%	70%
SAÚDE	4.339.783,17	28,08%	15%



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO

"A responsabilidade na gestão fiscal origina-se da ação planejada e transparente, preservando o equilíbrio das contas públicas. Cumprir metas e obedecer limites é o caminho para alcançar o sucesso na Administração!"

Controladoria Municipal

Obrigada pela presença!

